SESCON REVISTA
INFORMATIVO IMPRESSO **SESCON RIO DE JANEIRO**
#155
Mai/Jun 2021

Inovações para a contabilidade

SESCON-RJ realiza Fóruns Trabalhista e Societário, que tratam de novidades dos órgãos de registro e redução da carga tributária sobre a folha de pagamento

Índice

Editorial 03
Atenção e trabalho constantes

Aconteceu 04
Código Tributário Municipal

Entrevista 08
Nelson Rocha

Gestão de Pessoas 10
Acompanhamento de informações

Café com Palestra 12
Acerto de contas

Capa 14
Informações em dia

Proages 21
Revisão de valores

Saúde 22
Cuidado necessário

Tecnologia 24
Às claras

Cadastre-se
Envie um *e-mail* para:
sesconrj@sescon-rj.org.br
E receba o SESCON NEWS online. Mantenha-se sempre informado com tudo o que acontece.

O SESCON Rio de Janeiro é filiado à FENACON — Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Expediente

SESCON Rio de Janeiro
Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro
Av. Passos, 120, 6º e 7º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20051-040 | (21) 2216-5353
sesconrj@sescon-rj.org.br | www.sescon-rj.org.br

DIRETORIA DO SESCON RIO DE JANEIRO
1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022

DIRETORIA EFETIVOS
Presidente
Renato Mansur
Vice-presidente
Marco Antônio Dalponte
Tesoureiro
Adilson Félix
Vice-tesoureiro
Anderson Martins
Diretores convidados
Richard Guedes
Victor Avelino
Secretário
Everton Generoso
Diretora Social
Elisângela Castelo

DIRETORES ADMINISTRATIVOS - EFETIVOS
Anderson Moreira
Douglas Schneider
Maurício Germano
Rosangela Barros

DIRETORES SUPLENTES
Claudia Lolita
Hélio Donin Jr

CONSELHO CONSULTIVO
Antônio Carlos de Azeredo
Edson Dupret
Francesco Carnevale
Jader de Melo
Manuel Domingues e Pinho

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS
Janaína Ferreira
Luiz Marcelo Duarte

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES
Mauro Henrique Benevonuto
Sérvulo Mendonça

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA REVISTA
Selma Gama

PRODUÇÃO EDITORIAL E DESIGN
Cajá Comunicação

Editor
Annaclara Velasco
Reportagem
Luiza Ribeiro
Diagramação e arte
Felipe Nogueira

PROJETO GRÁFICO
abcom abstrato comunicação

FOTOGRAFIA
Arquivo Sescon-RJ, Fecomércio-RJ, Fenacon e Freepik

IMPRESSÃO
Stamppa grupo gráfico
500 exemplares | Fale com a redação: supervisao@sescon-rj.org.br

Renato Mansur,
presidente do SESCON-RJ

SESCON/RJ
SISTEMA FENACON

Fecomércio RJ
Sesc | Senac
IFec

Atenção e trabalho constantes

Em meio aos desafios trazidos pela pandemia de Covid-19 para as empresas, abordamos no Fórum Trabalhista deste ano possibilidades de redução da folha de pagamento a partir de análises de aspectos tributários da área, assunto também explicado na edição de junho do Café com Palestra, além das mudanças legislativas por conta do atual contexto.

Também tratamos das principais alterações, novidades e situações mais recorrentes nos procedimentos da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro (RCPJ-RJ). Entre outras iniciativas de órgãos públicos que impactam na atuação do empresariado contábil, entrevistamos o secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), o contador Nelson Rocha, que abordou os principais objetivos e desafios à frente do órgão.

Com o crescente avanço da tecnologia no trabalho de todos os setores, tratamos da implementação de políticas de privacidade em sites por conta da Lei Geral de Dados Pessoais (LGPD), em vigor desde 2020, e formas de gerenciar as equipes de trabalho à distância.

Para contribuir com o desenvolvimento das empresas contábeis e a atualização de seus colaboradores, o SESCON-RJ busca realizar atividades que auxiliem nessa finalidade, com atenção às principais mudanças que impactem o setor. **Participe dos fóruns e outros eventos da entidade que propiciam isso aos seus associados e convide os colegas da área para fazerem parte do nosso Sindicato.**

Obrigado e boa leitura.

Renato Mansur
Presidente do SESCON-RJ

Acesse nosso *site*.

Código Tributário Municipal em debate na Câmara de Vereadores

No dia 25 de maio, o presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, e o diretor Maurício Luz participaram de uma audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. A reunião debateu o PL nº 62/2021, que institui remissões de créditos tributários e estabelece nova disciplina para as transações tributárias no município.

Na ocasião, eles participaram como representantes dos setores contábil e empresarial para discutir as alterações no código tributário e medidas emergenciais de ajuste, assim como propuseram alternativas para impedir o aumento de taxas tributárias e da alíquota do uniprofisisonal, assim como para abordar o impacto que as medidas podem trazer para as empresas da cidade.

Conduzida pelo vereador Marcio Ribeiro, vogal da Comissão de Finanças, também participaram o secretário de Fazenda e Planejamento da Prefeitura, Pedro Paulo, o Fiscal do ISS, Ricardo Calvet, os membros do CRCRJ Cândida Machado e Gilberto Alvarenga, e o representante da OAB-RJ, Rafael Copanema, além de representantes de partidos políticos. ■

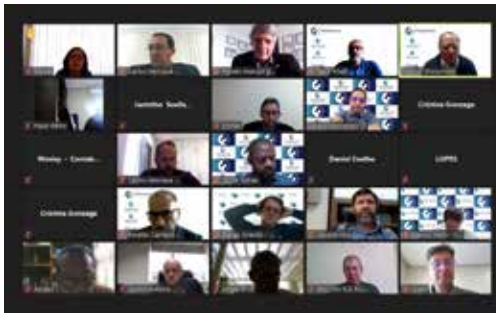
Análise jurídica

O SESCON-RJ disponibilizou em seu site as análises feitas pelo departamento jurídico da entidade das MPs nº 1045 e nº 1046/21 e da Lei nº 14.151/2021. As duas primeiras medidas abrangem mudanças para preservação do emprego e da renda e continuidade das atividades laborais durante a pandemia. A Lei, por sua vez, aborda o afastamento das trabalhadoras gestantes do trabalho presencial durante a pandemia de Covid-19.

Os textos estão disponíveis em https://sescon-rj.org.br/ ■

Assembleia Geral Extraordinária da Fenacon

O presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, participou no dia 21 de maio da Assembleia Geral Extraordinária da FENACON e da FENACON-CD, realizada pelos presidentes Sérgio Aprobatto e Márcio Shimomoto, respectivamente. O encontro abordou o desempenho da entidade nas redes sociais e os resultados em exercícios anteriores, balanços patrimoniais e o parecer do conselho fiscal da Federação. ■



Desburocratização e tecnologia em painel com a ALERJ

No dia 5 de maio, o SESCON-RJ participou do painel Desburocratização e Modernização de Serviços para o Cidadão no evento Rio Mais Simples, realizado pelo Sebrae. O presidente Renato Mansur representou a entidade no evento, do qual também participaram o presidente da Alerj, André Ceciliano, o presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), Affonso d'Anzicourt, e seu chefe de gabinete, Sérgio Romay, o presidente do CRCRJ, Samir Nehme, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação, e Simplificação da Prefeitura do Rio de Janeiro, Chicão Bulhões, o Secretário de Desenvolvimento Econômico Leonardo Soares, além do diretor-superintendente do Sebrae, Antônio Alvarenga Neto e o gerente de Políticas Públicas do Sebrae/RJ, Tito Ryff.

A necessidade de redução de burocracias na abertura de empresas e no envio de obrigações acessórias e a tecnologia como uma das formas de otimizar o trabalho dos profissionais contábeis foram abordadas por Mansur no evento, aspectos que podem auxiliam no desenvolvimento do empreendedorismo no estado. ■

IBREmp
INSTITUTO BRASILEIRO DE REGISTRO EMPRESARIAL

Educação continuada

O SESCON-RJ, em parceria com o Instituto Brasileiro de Registro Empresarial (IBREmp), realizou no dia 20 de maio o curso Exclusão de sócio por justa causa. A atividade foi ministrada pelo presidente do Instituto, José Cerezoli, da qual o presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, foi o convidado especial. ■

Debate sobre a categoria

No dia 2 de junho, o presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, participou do programa Quarta com Dalponte, apresentado pelo vice-presidente da entidade, Marco Dalponte e sua esposa, Dra. Ana Dalponte, na rádio Ponto e Vírgula. Mansur falou sobre a sua trajetória profissional na área contábil e os desafios do setor empresarial contábil e as atividades desenvolvidas pelo SESCON-RJ. ■

JUCERJA inaugura Sala do Contador

No dia 9 de junho, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) inaugurou em sua sede a Sala do Contador, local que estende o plantão do SESCON-RJ na JUCERJA, apresentado em uma live realizada no mesmo dia. Nesse modelo, a solução de dúvidas sobre os processos estará disponível para empresários e profissionais da contabilidade regulares junto ao CRCRJ. O atendimento deve ser agendado previamente no site ou aplicativo do Conselho. O benefício, resultado de uma parceria entre as três organizações, tem como objetivo tirar dúvidas e destravar processos sem fila e burocracia. ■

Debate sobre compliance

O presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, participou de uma live do Instituto Compliance Rio (IC Rio) realizada no dia 14 de junho. A transmissão, realizada pelo coordenador do grupo de trabalho para micro e pequenas empresas do Instituto, Sérvulo Mendonça, abordou o assunto Quando investir em Compliance?

A transmissão está disponível nesse link: https://bit.ly/3gXshVA . ■

Reunião do Conselho do SESC-Rio

No dia 22 de junho, o presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, participou da reunião do Conselho do SESC Rio, na qual as contas da entidade foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Mansur comunicou os participantes a implementação do plantão de atendimento da JUCERJA e, no futuro, uma modalidade específica para empresários do SESC-Rio e FECOMÉRCIO-RJ. Ele também solicitou que as iniciativas do SESC-Rio também fossem compartilhadas com a área contábil por meio do SESCON-RJ. ■

FENACON|CD
CERTIFICADORA DIGITAL
SISTEMA SESCAP | SESCON
www.fenaconcd.com.br

Emita seu Certificado por **videoconferência**

Assine documentos com validade jurídica com o seu Certificado Digital Fenacon|CD!

Novo secretário de Fazenda em busca do equilíbrio fiscal do estado

Nelson Rocha quer que Regime de Recuperação seja um marco na economia do Rio

Novo secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, o contador Nelson Rocha, afirma, em entrevista, que tem como principal objetivo criar as condições para que o novo Regime de Recuperação Fiscal mude para melhor o panorama das contas fluminenses. Na avaliação dele, é preciso criar um superávit que permita pagar a dívida sem deixar de lado os investimentos, fundamentais para o crescimento econômico e o aumento da arrecadação de impostos.

Secretário, fale um pouco de sua trajetória profissional.

Nelson Rocha: Minha carreira começou na iniciativa privada. Com 25 anos, me tornei diretor financeiro de uma grande multinacional com uma estrutura pequena no país à época. Posteriormente, trabalhei em um escritório contábil e fui membro de conselhos de administração de companhias de energia. Na área pública, ocupei os cargos de secretário de Fazenda, subsecretário de Saúde e vice-presidente do Maracanã. Também fui responsável pelo programa de reforma do estado e privatização. Na área acadêmica, atuei como professor e palestrante de diversas universidades e sou membro da cátedra 117 da Academia Nacional de Economia (ANE).

Quais são os objetivos principais do seu período à frente da Sefaz-RJ?

NR: Na verdade, a minha grande missão é criar as condições necessárias para que o Regime de Recuperação Fiscal seja um marco na economia do estado e das contas públicas. É fundamental que a gente consiga, por meio das reformas, garantir um superávit para podermos pagar as dívidas e realizar os investimentos necessários para o crescimento econômico e a construção de um novo horizonte.

Como a sua formação em ciências contábeis contribui para o seu trabalho na Sefaz-RJ?

NR: Acredito que minha formação contribui pelo conhecimento de gestão, mas principalmente pelo ponto de vista tributário, porque o contabilista sempre acaba tendo um perfil muito voltado para a área fiscal. Isso facilita a compreensão das necessidades do contribuinte. E, pela ótica das finanças públicas, o próprio conhecimento na área, o que me permite apresentar soluções.

Quais são os principais desafios da Sefaz-RJ hoje?

NR: O principal desafio atualmente é buscar o equilíbrio fiscal e o aumento de arrecadação através do desenvolvimento econômico, sempre sem aumentar a carga tributária.

O senhor já esteve à frente da pasta em outra época, em 2002. Que diferenças observa entre esses dois momentos?

NR: Naquela época, nós tínhamos um problema financeiro muito sério, mais grave que o de hoje, por conta do endividamento e do Regime de Recuperação Fiscal. Por outro lado, a situação econômica era menos dramática do que a atual.

Como os profissionais contábeis podem ajudar no trabalho desenvolvido pela Sefaz?

NR: É preciso destacar a ajuda de instituições como o SESCON-RJ nesse diálogo entre os setores público e privado. É de grande importância porque nos ajuda a conhecer os gargalos e os problemas dos profissionais de contabilidade na área tributária. Com isso, podemos solucionar essas questões e facilitar a vida não apenas dos contabilistas, mas dos contribuintes em geral. ■

Nelson Rocha, secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL 2021

Uma entidade forte é aquela que zela pelo equilíbrio e manutenção de suas categorias representadas nos momentos mais difíceis.

O SESCON-RJ precisa da sua participação!

Contribua e faça parte desta história.

Fecomércio RJ

SESCON/RJ
SISTEMA FENACON

Acompanhamento das informações

Ferramentas de gestão ajudam no monitoramento das tarefas por gestores e suas equipes

Além do cumprimento das tarefas cotidianas, ter recursos que permitem acompanhar o andamento das mesmas é fundamental para obter informações para futuros trabalhos e verificar o desempenho das equipes. Para isso, ferramentas de gestão podem auxiliar nesta finalidade.

A presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos Rio de Janeiro (ABRH-RJ), Lucia Madeira, explica que, com o crescimento da adoção do home office pelas empresas, houve uma mudança no perfil das lideranças das empresas, o que demanda ferramentas adequadas a outras formas de acompanhamento da produtividade das equipes.

"O trabalho remoto reforçou a tendência de uma gestão mais focada em metas e resultados. O gestor não precisa acompanhar todo o processo de execução das tarefas e sim dar orientações claras e verificar os resultados. Isso muda o perfil da liderança, que deixa de ser um 'fiscal' das tarefas e passa a ter um papel de gestão mais amplo, com foco em planejamento, metas e comunicação. Isso pode ser feito com recursos mais tradicionais, como e-mails, planilhas, e lembrete de tarefas do Office, mas é claro que já existem novos recursos que podem apoiar este acompanhamento, mas o principal é partir da definição de objetivos claros, as tradicionais metas ou OKRs (objetivos e resultados-chave), explica Lucia, acrescentando outros recursos, como post-its e softwares como o Trello.

Assim como as ferramentas de gestão ajudam no acompanhamento da produtividade, elas podem contribuir para isso seja visto por todos. "Elas permitem uma visualização de todo o conjunto e saber como está cada frente de trabalho. As mais conhecidas são a metodologia de gestão de projetos do PMI e o Scrum adaptado para ciclos mais rápidos. Já para processos contínuos, como o da indústria, o Kanban permite o controle das tarefas", enumera a especialista.

Gestão de Pessoas

Transparência

Para que o uso desses recursos seja bem sucedido, é preciso comunicar a equipe sobre o uso dos mesmos. Lucia explica que reuniões mais frequentes e rápidas, além do uso de indicadores claros na gestão da equipe, também são importantes para identificar os pontos a serem melhorados.

No caso de atividades de maior prazo, ela explica que os processos podem ser divididos em partes menores, e são aplicáveis a outras atividades além de tarefas a serem executadas. "Para gestão de carreira, essas metodologias permitem acompanhar as métricas ou indicadores-chave de um negócio ao desempenho individual. Assim cada um entende o que é esperado do seu trabalho e como isso impacta no resultado geral da empresa.

Os recursos também podem ser usados para outras finalidades. "Muitos profissionais já as usam para organizar suas próprias tarefas, dividindo os objetivos macro em etapas menores, que estão sob sua responsabilidade. São metodologias que todos podem usar, até na sua vida pessoal e nos estudos, para planejar suas prioridades e alcançar resultados", observa Lucia. ■

SESCON/RJ
SISTEMA FENACON

Você sabia que a falta de um estudo de mercado adequado faz você perder dinheiro?

Proporcionar benefícios de qualidade aos seus colaboradores é um diferencial, porém, sem orientação técnica, muitas empresas acabam tendo prejuízos!

É por isso que o Sescon, em parceria com a Global Opsi, oferece opções de grandes operadoras do mercado em planos de saúde, seguros e cartões refeição, pelo melhor custo-benefício. Faça como várias das nossas associadas, que já pararam de perder dinheiro, e evite gastos desnecessários!

Entre em contato agora e tenha acesso às melhores opções do mercado, com o custo muito menor!

(21) 3349-3397
www.globalopsi.com
sescon@globalopsi.com

globalopsi

Acerto de contas

Dúvidas sobre a Declaração de Imposto de Renda 2021e Recuperação Tributária são abordadas no Café com Palestra de maio e junho

O SESCON-RJ realizou a primeira edição do Café com Palestra de 2021 no dia 7 de maio. Em uma live, o auditor fiscal aposentado da Receita Federal, Leônidas Quaresma, abordou as principais mudanças na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física 2021 e tirou dúvidas dos participantes, apresentadas pelo vice-presidente do SESCON-RJ, Marco Dalponte, e a diretora Elis Castelo.

Além do prazo de entrega documento, estendido até 31 de maio, Leônidas pontuou alterações como na inclusão do décimo terceiro salário para contribuintes com rendimentos isentos e, no caso de mais de uma fonte pagadora, a realocação automática do programa de uma eventual parte dos valores a serem tributados.

No caso das pessoas que receberam auxílio emergencial em 2020 e obtiveram mais de R$ 22.847,76 de rendimentos, é preciso declarar e devolver o benefício, o que vale também para os dependentes. O especialista pontuou que, se não declarar, o contribuinte pode ter o CPF suspenso. Assim como em contas corrente e de poupança, este ano a restituição também poderá ser depositada em contas de pagamento.

O auditor também lembrou que o programa incluiu um código para declaração de criptoativos, como o bitcoin. Leônidas explicou que é obrigatório declarar esses bens, assim como a movimentação dos mesmos ao longo do ano. No caso de pessoas que aplicaram em criptoativos via corretoras, não é necessário, já que as instituições enviam essas informações para a RFB. No caso de investimentos no exterior ou por conta própria, o contribuinte deve fazer o envio, conforme estabelecido na IN RFB nº 1.888/19.

As mudanças ainda abrangem o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm). O pagamento complementar feito pelo governo é tributado, porém, caso a empresa decida dar outro complemento ao trabalhador além do BEm, o valor é isento.

Café com Palestra

Elis Castelo e Marco Dalponte com Leônidas Quaresma no Café com Palestra de maio

Marcos Paulo de Castro e Thays Matta palestraram na edição de junho do Café com Palestra

Renato Mansur, Maurício Luz e Leônidas Quaresma em live realizada com o SESCON-RJ

Assim como as novidades, Leônidas tirou dúvidas sobre temas como declaração de MEIs que solicitaram auxílio emergencial, inclusão de benfeitorias de imóveis e retificação do documento após emissão de Darf.

A participação de Leônidas no Café com Palestra é uma extensão das lives realizadas pelo SESCON-RJ em abril e maio com Maurício Luz, diretor da entidade.

Recuperação tributária

No dia 16 de junho, o evento abordou o tema Recuperação Tributária – Possibilidades e Oportunidades, com participação de Thays Matta, sócia responsável pela área tributária do Grupo 3F e parceira do Grupo Plan Vision, e Marcos Paulo de Castro, diretor comercial e membro do conselho do grupo Qyon, que abordou novidades da empresa, como um banco digital, que permite integração automática de documentos fiscais e tributários por meio de tecnologias com uso de robô, que executam as operações sem necessidade de interação humana, o que dá mais disponibilidade para os profissionais contábeis atuarem na área consultiva, além de reduzir erros humanos.

Ele também abordou uma ferramenta da empresa que busca documentos nos bancos de dados de órgãos públicos e faz a baixa dos arquivos fiscais dos últimos três meses automaticamente. Após esse prazo, o software faz a busca em outras fontes.

Em seguida, Thays explicou o processo para eventuais recuperações de crédito nas empresas, no caso, Pis/Cofins em empresas de Lucro Real e, em alguns casos, do Simples Nacional. Para isso, é preciso fazer um mapeamento das empresas e buscar eventuais oportunidades de acordo com a legislação. Essas possibilidades são avaliadas a partir de decisões favoráveis do judiciário tomadas anteriormente.

"Apresentamos um relatório com a base legal para o cliente e uma base de cálculo a partir da documentação que prove o pagamento a maior. Por isso, é importante uma revisão das atividades da empresa, por isso é importante uma governança, um controle", explica Thays.

Por conta da importância dos documentos para fazer esse tipo de levantamento, Marco Dalponte falou sobre esse processo. "O contador tem que avisar os clientes sobre os prazos de entrega para esses documentos, em especial por conta de consultorias como essa".

A especialista pontuou que, a partir do relatório, é possível iniciar processos administrativos ou judiciais. Para profissionais interessados em desenvolver esse trabalho, Thays sugeriu o estudo da legislação e cursos na área. "Na operação, fica mais fácil identificar e mapear as situações à medida que se estuda", orientou. ■

Informações em dia

Fóruns Trabalhista e Societário abordam possibilidades de redução da folha de pagamento e mudanças na JUCERJA e RCPJ-RJ

Com a alta carga tributária vigente no Brasil, encontrar formas de reduzir o pagamento de tributos ou recuperar valores já pagos de forma legal auxiliam na sustentabilidade das empresas. No dia 27 de maio, o Fórum Trabalhista tratou das possibilidades de redução existentes na folha de pagamento, com mediação do presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, e do vice-presidente, Marco Dalponte.

Na primeira apresentação, o advogado e bacharel em Contabilidade Alexandre Lima e o contador e LLM em Direito e Contabilidade Tributária, Eduardo Lagrimante, falaram da recuperação de verbas previdenciárias sobre a folha de pagamento.

Eduardo lembrou que nas circunstâncias da pandemia, buscar essas alternativas auxilia no equilíbrio das contas das companhias. Ele explicou que o eSocial trouxe às empresas uma

forma de gerarem dados constantemente e, por consequência, analisá-los tributariamente da forma correta. Entre as possibilidades pontuadas, está o gerenciamento dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), aviso prévio indenizado emitido desde 2017, assim como prêmios e gratificações, de acordo com o caso, e vale transporte, já que o valor descontado do salário dos funcionários é de caráter indenizatório.

Ele também alertou para o acompanhamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), já que as diferenças também podem gerar créditos ou débitos, conforme o caso. "O contador tem que estar ciente das leis das áreas que atuam para saber dessas possibilidades", explicou Eduardo, acrescentando que os créditos da esfera federal podem ser usados para quitar débitos de outras naturezas.

Marco Dalponte destacou as possibilidades como um novo serviço a ser oferecido aos clientes, mas explicou que muitos deles podem interpretá-lo como um erro cometido pelo profissional contábil, mas que na verdade, se trata da interpretação das leis.

"O contador é um cientista do patrimônio. Ele tem que entender e valorizar o seu trabalho, que é mais que entregar obrigações acessórias", pontuou Eduardo Lagrimante.

Para realizar esses levantamentos, eles explicaram que ter softwares com a parametrização atualizada é importante para verificar os casos de recuperação.

Conhecimento legislativo

Alexandre Lima tratou do uso de crédito tributário para quitar débitos, com base no Código Tributário Nacional (CTN) e outras legislações, como a IN RFB nº 1717/2017 e o Decreto nº 7.574/2011. Para isso, os créditos devem estar habilitados na Receita Federal, o que propicia a compensação imediata.

Por conta da proximidade entre as legislações e o trabalho dos contadores, Marco Dalponte destacou que o trabalho das duas áreas são imprenscindíveis. Mansur ressaltou que a natureza personalizada do trabalho, que deve ser mostrada para os clientes.

Medidas para preservação do emprego e da renda

Na palestra seguinte, Jomar Fontes, advogado especialista em Direito do Trabalho, abordou as mudanças trazidas pelas MPs nº 1.045/21 e 1.046/21, divulgadas em abril. Os dois textos, segundo o especialista, tem como objetivo garantir a continuidade das atividades laborais e preservar o emprego e a renda. As medidas tem validade de 120 dias, contados a partir da data de divulgação das Medidas Provisórias.

Entre as ações previstas nas MPs, estão a possibilidade de redução de jornada de trabalho e salário, possibilidade de suspensão dos contratos, de forma parcial ou total, com possibilidade de acordo individual ou por convenção coletiva de trabalho. As legislações preveem um benefício pago pela União, cuja base de cálculo é semelhante ao do seguro-desemprego nos dois casos. Se, após a suspensão do contrato, o empregador solicitar prestação de serviço do trabalhador, a remuneração deverá ser paga imediatamente.

Enquanto as empresas adotarem as medidas, o trabalhador tem garantia de emprego pelo mesmo período. No caso de trabalhadoras gestantes, esse período inicia a validade após os cinco meses de estabilidade seguintes ao nascimento.

Durante a vigência das ações, benefícios como vale refeição e seguro de saúde devem ser mantidos. O empresário também pode pagar uma ajuda compensatória aos empregados, que devem ser definidas com antecedência e registradas em acordo com o trabalhador. Além disso, essa ajuda não pode ser incluída na base de cálculo do imposto de renda e nem da contribuição previdenciária do colaborador, mas pode utilizada pela empresa para dedução da CSLL.

O advogado lembrou que, para empregados com salário superior a R$ 3.300, ou com diploma de nível superior que recebem valor igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios da Previdência Social, as medidas poderão ser estabelecidas por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

As MPs ainda elencam situações para evitar demissões, como implementação de teletrabalho e antecipação de férias, assim como o adiamento do recolhimento do FGTS referente ao período entre abril e julho, que passam a ser pagos a partir de setembro.

Atualização de procedimentos

No dia 30 de junho, o Fórum Societário reuniu representantes da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Município do Rio de Janeiro (RCPJ-RJ) para falar sobre o tema A Revolução do Registro Mercantil – A Nova Era. O evento foi conduzido pelo presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, e o diretor Anderson Martins.

O primeiro órgão, representado pelo secretário-geral da JUCERJA, Bernardo Feijó, o assessor do secretário, Gabriel Voi, e Bianca de Oliveira, técnica de registros de empresas da Junta, abordaram os recursos digitais do órgão. O presidente da Junta, Sérgio Romay, também esteve no evento.

Bernardo destacou que os processos da entidade são totalmente digitais, com cerca de 1.300 novas ocorrências por dia e recorde de aberturas em 2021 até 25 de junho, com quase 32 mil novos registros de empreendimentos e recorde de aberturas no mês de maio em 20 anos. O tempo médio para o procedimento foi reduzido nos últimos anos, levando entre 30 a 40 minutos para ser concluído.

Os Fóruns Trabalhista e Societário 2021 estão disponíveis no canal do SESCON-RJ no Youtube. Acesse em youtube.com/sesconrj

1. Renato Mansur e Marco Dalponte na abertura do Fórum Trabalhista; **2.** Alexandre Lima e Eduardo Lagrimante, palestrantes que falaram sobre as possibilidades de recuperação de crédito, com o vice-presidente do SESCON-RJ, Marco Dalponte; **3.** O presidente do SESCON-RJ, Renato Mansur, com o presidente da JUCERJA, Sérgio Romay, Bernardo Feijó, Gabriel Voi e Bianca de Oliveira; **4.** O diretor Anderson Martins no Fórum Societário; **5.** Na segunda palestra do Fórum Trabalhista, Jomar Fontes, advogado especialista em Direito do Trabalho, abordou as mudanças causadas pelas MPs nº 1.045/21 e 1.046/21; **6.** José Cerezoli, assessor da Procuradoria da JUCERJA, falou sobre as atribuições da área; **7.** Anderson Martins, Renato Mansur e Renato de Almeida, coordenador do Serviço Digital da Central RCPJ

A assinatura digital também pode ser feita via Biovalid, com reconhecimento facial, a partir da base de dados do Denatran. A modalidade é menos custosa que outras possibilidades disponíveis e, segundo o secretário, a JUCERJA é a única do país a ter o recurso.

O órgão estadual também dispõe de um aplicativo, no qual os documentos podem ser acessados em pdf e compartilhados por e-mail ou aplicativo. Na ferramenta, a busca pode ser feita de forma mais fácil, assim como o escaneamento por código de barra. Bernardo explicou que, em breve, será disponibilizada uma carteira digital para empresários no dispositivo.

Informações relevantes

Entre as palestras dos Fóruns Trabalhista e Societário, empresas patrocinadoras do SESCON-RJ realizaram apresentações em vídeos gravados para os eventos. O CEO da Global Opsi, Luiz Maurício Janela, falou sobre os serviços da empresa disponíveis para os associados da entidade. Sabrina Xavier, assessora corporativa da Alterdata, destacou a importância dos acordos coletivos para as empresas. No segundo evento, Dante Barini, gerente da Alterdata, falou sobre a relação da implementação de mudanças tecnológicas pelos órgãos de registro com as soluções da empresa.

Temas comuns

Em seguida, Gabriel Voi pontuou os temas mais recorrentes no plantão de atendimento da JUCERJA e formas de solucioná-los. No caso de ausência de assinatura no ato, ele explicou que, se a assinatura for feita em outra plataforma, não é preciso indicar no protocolo web. Para alteração contratual de uma sociedade registrada em outra sociedade, ele recomendou a revisão dos documentos antes de assinar e enviar para a Junta. Outro caso é o documento registrado em Nire já transformado, para o qual o presidente Renato Mansur lembrou que há Nires distintos para filiais, matrizes e regimes diferentes.

No uso do protocolo web, o assessor explicou que, ao enviar os documentos, deve-se colocar atas e alterações contratuais como os principais, já que eles aparecem em primeiro no sistema e são os primeiros a serem registrados. DBE e declaração de autenticidade devem ser deixados por último. Os arquivos cadastrados devem ter até 200 dpi de resolução. O campo de assinatura, segundo Gabriel, só deve ser selecionado se a assinatura for feita por certificado digital ou Biovalid, assim como quem for assinar deve ter login e senha na plataforma.

Gabriel destacou a importância de, ao fazer o protocolo dos processos, selecionar o campo "quero redefinir/definir o vínculo desse protocolo" e acessar o campo "gestão de vínculo" para vincular os processos e selecionar o principal antes de encaminhá-lo para a Junta. O processo, segundo ele, também deve contar como "distribuído" para a JUCERJA quando concluído. Se isso não ocorrer, pode faltar algo em uma das etapas, o que pode ser verificado no Fale Conosco.

Em relação às exigências recorrentes feitas pelos julgadores, como visto do advogado, para procuração de sócio estrangeiro, é preciso criar um novo protocolo para isso, a ser vinculado ao resto do processo e ser analisado pelo mesmo julgador. Para

declaração de cláusula específica para ME ou EPP, o enquadramento também pode ser feito por cláusula contratual. Eles também citaram algumas cláusulas obrigatórias em caso de distrato, dissolução e liquidação, como importância repartida entre os sócios e o responsável pela guarda dos livros.

Na apresentação seguinte, José Cerezoli, assessor da Procuradoria da JUCERJA, abordou as atribuições da área, como esclarecer dúvidas e defender a posição do órgão em caso de ida de julgamentos a plenário nas contra razões e processos de cancelamento de registro.

Ele destacou os temas mais recorrentes na Procuradoria, como rerratificação de atos já arquivados, exclusão de sócio minoritário, falecimento de sócio, registro de atos de uma sociedade em nome de outra, pedido de cancelamento ou arquivamento, falsificação ou vícios graves nos instrumentos. Cerezoli também explicou que o Fale Conosco do órgão também encaminha as mensagens para a Procuradoria, desde que o processo já esteja no setor.

Integração

As novidades do RCPJ-RJ e a integração com o Regin foram abordadas por Renato de Almeida, coordenador do Serviço Digital da Central RCPJ. Ele explicou que, no caso do Regin, o site da Central RCPJ reúne os links necessários para as etapas de acordo com o processo, como registro e constituição na cidade do Rio de Janeiro, assim como o preenchimento do DBE, no caso, da Receita Federal, que também é necessário. Com os procedimentos realizados nas outras instituições, a Central RCPJ demanda cadastro da pessoa jurídica com e-mail válido e disponibiliza serviços como registro de sociedades e associações, alterações, certidões e de livros ECD/Sped.

Renato explicou que, antes do envio da documentação, o ideal é acessar as instruções . Após a realização do depósito de pagamento, o usuário deve baixar o termo de responsabilidade e requerimento de registro, que também inclui a requisição de envio de versão impressa adicional do documento cadastrado. Na Central RCPJ, os documentos digitalizados tem que ser enviados em um só arquivo e é preciso certificado digital para o pedido de entrada. O coordenador explicou que o andamento do processo é informado por e-mails de notificação, assim como eventuais exigências e o histórico de processos realizados pelo usuário. ■

LEVE+ PAGUE–

Pacote Alterdata Contábil Iniciante, Alterdata Contábil ou Alterdata Contábil Plus com condições especiais

- Seja um eContador (Plataforma web e App)
- Pack Financeiro
- Karoo Chat
- Ativo Imobilizado
- Conexão Contábil
- Acesso ilimitado à central de treinamentos

E para ficar ainda melhor, primeira assinatura com possibilidade de inicio em até **90 dias**

Você ainda não conhece o Alterdata Contábil?

Assista uma demonstração e descubra como nós podemos otimizar suas rotinas com a melhor tecnologia do mercado.

alterdata software | alterdata.com.br

Revisão de valores

Proages de maio trata de redução de custos na folha

Seja para cumprir convenções coletivas ou para compor uma política que contribui para a retenção de talentos nas empresas, os benefícios compõem uma parte significativa das contas a pagar de uma empresa contábil. Para apresentar formas de reduzir esse custo, o Proages de 26 de maio contou com a participação de Luiz Maurício Janela, CEO da Global Opsi.

O diretor do SESCON-RJ, Mauro Benevuto, destacou que a disponibilização dos benefícios é uma das formas de oferecer algo a mais para os trabalhadores que se quer manter na empresa. Além disso, buscar formas menos onerosas de propiciar plano de saúde, vale alimentação, vale refeição, seguro de vida, entre os outros, se assemelha aos trabalhos dos profissionais contábeis, que fazem o mesmo para seus clientes, mas em outras áreas. **O vice-presidente do SESCON-RJ, Marco Dalponte, explicou que, por dar mais atenção ao aspecto operacional da companhia, os empresários não se atentam para aspectos desse tipo, que podem reduzir os valores gastos.**

Janela pontuou que os custos com planos de saúde são o segundo maior nas empresas, atrás somente dos salários, e que desenvolvem trabalhos como negociação com seguradores e operadoras e análise e consultoria para as empresas, movimentação cadastral, painéis de

mercado e atenção às movimentações do mesmo, como reajustes nos valores dos planos, que, além de serem anuais, são acima da inflação oficial, além de aspectos específicos de cada companhia, como localização dos hospitais e clínicas que compõem a rede disponível, e a opção ou não por formatos com coparticipação, segundo ele, o tipo mais contratado pelas empresas, e que permite um uso mais consciente do benefício pelas pessoas.

Ele lembrou também, por conta do contexto da pandemia de Covid-19, muitos colaboradores estão preocupados em manter os planos de saúde, além dos salários. O palestrante destacou que, ao buscar alternativas menos onerosas, o empresário contábil também pode destinar o valor economizado na contratação de planos melhores, o que traz uma mensagem de valorização para as equipes. ■

Cuidado necessário

Exposição ao sol e à luz visível requer atenção, mesmo dentro de casa

O aumento do tempo em casa por conta da pandemia de Covid-19 trouxe entre suas consequências a redução do tempo de exposição ao sol, o que não extingue a necessidade de proteção solar. Segundo Dra. Sueli Carneiro, dermatologista e reumatologista do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HUCFF/UFRJ), outras fontes de luz também podem causar danos à pele.

"Há trabalhos que mostram que mesmo dentro de casa, quando há claridade, é necessária a proteção solar. A luz visível também é responsável pelo fotoenvelhecimento", esclarece a especialista.

Mesmo com a menor exposição ao sol, a prática é necessária para a produção de vitamina D pelo organismo. "Segundo estudo feito na cidade de São Paulo por De Paula Correa e colaboradores, a exposição não intencional ao ambiente externo por dez minutos somente nas mãos e face seria suficiente para produção adequada de vitamina D em um indivíduo caucasiano", explica Dra. Sueli, acrescentando que fatores como idade e melanina influenciam na capacidade do organismo.

"Quanto maior a quantidade de melanina na pele e quanto maior a idade, menor é a capacidade de conversão das moléculas em pré-vitamina D3".

Nessas circunstâncias, o uso de protetores solares também influenciam na produção de vitamina D. "Protetores com FPS acima de 30, de forma adequada, frequente e regular diminuem a absorção necessária para a produção ", esclarece. A frequência de aplicação do produto deve ser de acordo com a exposição solar.

"O protetor solar deve ser usado por todas as pessoas que têm atividades ao ar livre em doses, frequência e fator de proteção adequados ao tipo de pele, isto é, quanto menor o fototipo e quanto maior a exposição solar, maior a frequência da aplicação que deve ser feita em quantidade generosa", explica a especialista.

Em caso de carência de vitamina D, o uso de suplementação pode ser considerado. "Deve ser avaliado periodicamente e pode utilizar preventivamente fontes dietéticas, como ovos, óleo de fígado de bacalhau, cogumelos e peixes como atum, sardinha, salmão, truta, cavala e arenque, ou suplementação vitamínica", explica a médica.

Apesar de comumente relacionada à melhora da imunidade, Dra. Sueli pontua que não há comprovação científica dos benefícios da vitamina D neste sentido. "O único benefício reconhecidamente relacionado à vitamina D é a saúde óssea. A redução de risco de outras doenças ou aumento da imunidade carecem ainda de comprovação científica". ■

Contábil:
o software para a sua realidade.

O mundo contábil é dinâmico. O software que você utiliza, oferece aquilo que o seu escritório precisa? O Contábil das Soluções Domínio da Thomson Reuters é o sistema que se adapta às suas necessidades. Com três versões, você escolhe a que mais se encaixa na sua rotina e conta com a flexibilidade de poder adicionar módulos, trabalhar integrado a sistemas parceiros e, ainda, ter liberdade para acessar a solução de qualquer lugar, a qualquer momento com o Domínio Web.

Faça como mais de **35 mil clientes** em todo o Brasil. Conheça o **Contábil** e como podemos ajudar você hoje.

- **3 OPÇÕES** DE PACOTE
- **19** MÓDULOS
- **3 INTEGRAÇÕES** PARCEIRAS

Acesse **dominiosistemas.com.br** e saiba mais.

THOMSON REUTERS®

Às claras

Política de privacidade deve ser disponibilizada em sites que captam informações pessoais

Em vigor desde setembro de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) trouxe uma série de mudanças nos procedimentos das empresas para tratamento adequado e transparente de dados. **Em dispositivos que captam informações pessoais, como sites e aplicativos, é preciso deixar claro como eles são usados, além de avisar sobre a obtenção ou não de informações que identificam o usuário durante o acesso às páginas. Isso é feito por meio de cookies, arquivos salvos pelo navegador usado pelo visitante.**

"São 'migalhas' da navegação que identificam as pessoas com informações como o sistema operacional e aparelho utilizado no acesso", explica Henrique Rocha, advogado especializado em Direito Digital e Privacidade da PG Advogados, acrescentando que a política de privacidade deve deixar claro como as informações captadas são tratadas pelas empresas.

Os avisos sobre uso de cookies e a disponibilização da política de privacidade devem ser feitos por

Sobre a LGPD

Instituída em 2018, a Lei Geral de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de pessoa natural ou pessoa jurídica, abrangendo também os meios digitais. Respeito à privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, livre iniciativa, livre concorrência e a defesa do consumidor estão entre os fundamentos listados na LGPD.

A legislação também instituiu a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão público que tem entre as atribuições zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei.

A LGPD foi estabelecida após o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), publicado em 2016, que também exige tratamento de dados pessoais de forma adequada.

todas as páginas que captam informações pessoais e se tornaram mais frequentes recentemente por conta da vigência da LGPD e com o começo das sanções previstas na legislação.

"Há sanções como multas, diárias inclusive, publicização da infração, parar a operação, advertências", enumera o especialista, acrescentando que, apesar da vigência das punições pela LGPD não ter começado ainda, outros órgãos, como o Procon, podem punir eventuais infrações.

O documento que deve esclarecer como os dados pessoais são tratados, a política de privacidade deve ser clara, atualizada e de fácil acesso nos sites. Escritórios de advocacia que atendem as demais adequações necessárias para o cumprimento da LGPD podem produzir o termo. ■

Ir mais rápido?
Ou ir mais longe?

Com a ANA você não precisa escolher.

(21) 2213-9310

nasajon.com.br/ana

NASAJON
SISTEMAS

Seguro Risco **Contabilista***

O seguro que protege o patrimônio do escritório contábil, além de prejuízos financeiros causados por falhas no exercício da atividade e de eventuais perdas resultantes de sua responsabilidade perante terceiros, por ações e omissões.

*Risco Contabilista Packagem para Compreensivo Empresarial

Fale com um de nossos consultores.

0800 591 0486

QYON
corretora de seguros

qyon.com

Venha fazer o seu evento corporativo conosco!

SESCON/RJ
SISTEMA FENACON

Empresas de todos os portes estão investimento em treinamentos corporativos. Cursos, palestras, treinamentos, workshops, seminários e inúmeras opções estão disponíveis no mercado. E o SESCON-RJ oferece o espaço corporativo ideal para tornar seu evento ainda mais único.

Nossas instalações são modernas e permitem adaptações de layout para diferentes produções. Contamos com sistemas individuais de sonorização e acesso à internet, data show e ar condicionado.

Agende sua visita!
(21) 2216-5353
eventos@sescon-rj.org.br

SESCON/RJ

TABELA DE PREÇOS - LOCAÇÃO DE SALAS PARA TREINAMENTOS E REUNIÕES

Local	Especificações	DE SEGUNDA À SEXTA		SÁBADO	DOMINGO	Locação para patrocinadores e associados
		Período 8:30 às 17:30	Meio Período 8:30 às 12:30	Locação para final de semana		
Auditório "A"	Até 50 Pessoas	R$ 500,00	R$ 396,00	100% de acréscimo no valor cobrado de segunda à sexta-feira	150% de acréscimo no valor cobrado de segunda à sexta-feira	15% De Desconto
Auditório "B"	Até 30 Pessoas	R$ 420,00	R$ 336,00			
Sala De Negócios	Até 20 Pessoas	R$ 315,00	R$ 250,00			
Auditório "A" + "B"	Até 100 Pessoas	R$ 720,00	R$ 580,00			

Locação das salas "A" e "B" incluem: Projetor, telão e mesa de som com um microfone
Sala de Negócios, arrumação em formato reunião, nesta locação não estão incluídos: projetor, caixa de som e microfone*
Hora/fração excedente em cada locação: R$ 190

Locação de equipamentos e serviços extras (valor unitário)	
Notebook	R$ 90
Apresentador Multimídia	R$ 40
Caixa amplificadora (som) – para Sala de Negócios**	R$ 120
Microfone sem Fio	R$ 50
Internet (taxa de utilização)	R$ 70
Flip chart com bloco (10 folhas)	R$ 30
Mesa de apoio	R$ 25
Toalha	R$ 20
Impressão P&B	R$ 0,30
Impressão colorida	R$ 1,50

Coffee Break - 20 minutos		
Garrafa de Café	1 Litro	R$ 15
Garrafa de Café	3 Litros	R$ 36
Bombona de Suco	5 Litros	R$ 40
Petitfour	1 Bomboniere	R$ 25
Mini salgados assados	Unidade	R$ 2
Salgados fritos	1 KG	R$ 45
Bolo	Unidade	R$ 18
Pão de queijo	Unidade	R$ 1,50
Refrigerante (garrafa de 2 litros)	Unidade	R$ 12
Taxa de limpeza		R$ 50
Água		Fornecimento sem custo

Para Coffe Break contratado externamente, será cobrado uma taxa de R$ 10 por pessoa, a arrumação com utensílios (descartáveis e/ou louças) devem ser feitas pelo cliente, dentro do tempo de serviço de 20 minutos.

Obs 0.1 : Esta opção deve ser contratada de acordo com o número de pessoas presentes no evento, respeitando a quantidade mínima de 15 pessoas.

Obs 0.2 - É proibido o consumo de alimentos e bebidas em nossas dependências sem o pagamento da taxa de serviço, o não cumprimento da norma, implicará em multa de três vezes o valor da diária (locação da sala utilizada).

Todos os alimentos devem ser consumidos no foyer onde estará exposto o Coffe Break, ficando proibido levar para as salas de treinamento.